

**1. Procedimentos de retificação e de revogação (n.º 2 do artigo 10.º)**

O procedimento para a retificação de um erro num título executivo europeu nos termos a que se refere o artigo 10.º, n.º 1, alínea a), do Regulamento (CE) n.º 805/2004 está previsto nas três primeiras alíneas do artigo 267.º da [Lei Orgânica 6/1985, de 1 de julho, relativa ao Poder Judicial](#). O procedimento para a revogação da emissão de uma certidão de título executivo europeu a que se refere o artigo 10.º, n.º 1, alínea b), do Regulamento (CE) n.º 805/2004 deve ser tramitado nos termos do que está previsto para o recurso de revisão (*recurso de reposición*) na [Lei 1/2000, de 7 de janeiro, que aprova o Código de Processo Civil](#).

Quando se trate de uma certidão de título executivo europeu de documentos públicos com força executória compete ao notário em cujo cartório os documentos se encontram verificar a existência de qualquer erro material ou o incumprimento de qualquer dos requisitos necessários para a emissão da certidão e requerer a sua retificação por erro material ou a sua revogação nos termos do artigo 10.º, n.º 1, do Regulamento (CE) n.º 805/2004.

**2. Procedimentos de revisão (n.º 1 do artigo 19.º)**

A revisão em casos excecionais a que se refere o artigo 19.º do Regulamento (CE) n.º 805/2004 pode ser efetuada mediante revogação da sentença transitada em julgado requerida pelo demandado revel (artigo 501.º da [Lei 1/2000, de 7 de janeiro, que aprova o Código de Processo Civil](#)).

**3. Línguas aceites (alínea c) do n.º 2 do artigo 20.º)**

A língua aceite para efeitos do artigo 20.º, n.º 2, alínea c), é a língua espanhola.

**4. Autoridades designadas para efeitos de certificação de instrumentos autênticos (artigo 25.º)**

Incumbe ao notário competente, ou a quem legalmente o representar ou substituir no respetivo cartório, proceder à certificação prevista no artigo 25.º, n.º 1, e no anexo III do Regulamento (CE) n.º 805/2004.

Última atualização: 26/02/2024

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.